



RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS NO BRASIL: CONCEITO, POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Resumo

Este artigo tem o objetivo de conhecer como a literatura conceitua Recursos Educacionais Abertos - REA, sua origem, características e como este termo vem sendo utilizado no Brasil. Para isso, foi feita uma contextualização sobre a sociedade em rede, a qual modificou as formas de comunicação, produção e socialização do conhecimento, bem como a maneira como as pessoas pesquisam, ensinam, aprendem e compartilham. Foram resgatados os conceitos de sociedade em rede e a discussão de como a educação se desenvolve neste ciberespaço. A regulamentação de REA no cenário nacional brasileiro, as políticas públicas, as iniciativas de REA, suas potencialidades e desafios também foram abordados.

Palavras-chave: Comunicação; Recursos educacionais abertos; Sociedade em rede.

Abstract

This article has the objective to know how literature conceptualizes Open Educational Resources - OER, its origin, characteristics and how this term has been used in Brazil. For this, it was made a contextualization of the network society, which modified the forms of communication, production and socialization of knowledge, as well as the way people research, teach, learn and share. The society of networking concepts and the discussion of how education develops in this cyberspace were rescued. The regulations of OER in the brazilian national scene, the public policies, OER initiatives, its potential and challenges were also addressed.

Keywords: Communication; Open educational resources; Network society.

Introdução

O desenvolvimento deste artigo tem como principal objetivo ampliar o conhecimento sobre Recursos Educacionais Abertos por meio de uma reflexão sobre sua origem, conceituação, características fundamentais, suas potencialidades e desafios. No decurso serão abordadas questões relacionadas às práticas e iniciativas que circulam no Brasil e o relacionamento da comunidade brasileira no cenário internacional. Para isto, inicialmente, apresenta um breve cenário da sociedade em rede. Em seguida, contextualiza Recursos Educacionais Abertos nessa sociedade, conceitua o que é Recursos Educacionais Abertos. Aborda a realidade brasileira, sem, contudo, dispensar um olhar de como esses recursos estão sendo desenvolvidos em um contexto mais global, para melhor compreender essa nova estratégia de compartilhamento de



conteúdo. São temáticas atuais, gestadas no contexto dessa nova sociedade organizada em redes virtuais, que altera a forma como os indivíduos se comunicam, convivem, ensinam, aprendem, dentre aspectos diversos ligados às dimensões profissionais e pessoais.

O cenário da nova sociedade: a sociedade em rede

Nas últimas décadas protagonizamos a transformação do nosso jeito de ser e conviver. Com o avanço das novas tecnologias de informação e comunicação, a sociedade de forma rápida, apresentou profundas transformações na forma como as pessoas se relacionam, trabalham, estudam, aprendem, compartilham, consomem, compram e vendem. Também se vê alterações nas noções de espaço, tempo e velocidade, conforme apontado por Paul Virilio.

Esse cenário modifica, inclusive, o conceito de territorialidade e propriedade, considerando que as relações sociais, comerciais, políticas e de toda ordem ultrapassam fronteiras e aproximam culturas, sendo capazes de impactar acontecimentos individuais e sociais numa perspectiva planetária. Surge uma sociedade em rede na qual as pessoas se conectam e tem acesso a informação com a rapidez de um clique, “Esta sociedade em rede coloca o ser humano numa rede colaborativa na qual se cria, se transforma e se acumula sucessivamente informação a uma escala global sem precedentes, em constante renovação e mutação.” (Sociedade em Rede, 2014).

A sociedade em rede, através das mídias sociais, favorece estudos e trabalhos colaborativos, estimula partilhas de conhecimentos e de experiências, conecta e sociabiliza pessoas em grupos formados pelas mais variadas motivações. Isso possibilita encontros de pessoas de continentes diversos, nos quais elas interagem, criam e inovam juntas em escalas inimagináveis, desenhando novas alternativas para as questões que se apresentam nessa sociedade.

Para Castells (1999) deve-se entender a rede para além das telecomunicações, dos computadores, da infraestrutura. Para este autor o cerne da questão está na transformação da forma como a sociedade se organiza e no surgimento de uma estrutura social e econômica interdependente em dimensão global. Para Lévy (1999), a sociedade vivencia novos espaços de comunicação que geram e expandem o ciberespaço, devendo se identificar neles oportunidades a serem potencializadas para ganhos sociais, políticos e econômicos voltados ao bem da sociedade.



O surgimento dos Recursos Educacionais Abertos no contexto da sociedade em rede

Refletindo o movimento e a dinâmica da sociedade nesse contexto, a educação, por sua vez, vem exigindo profundas transformações. É possível observar nas estruturas informais e formais de ensino instabilidades e a extrema necessidade de inovações metodológicas, tecnológicas e de infraestrutura, assim como em competências docentes e modelos de gestão de conhecimento. Nesse panorama, há um crescimento exponencial de conteúdos na Web. Pessoas e instituições vão à rede com suas produções estabelecendo formas de compartilhamento e de comunicação com outros, numa atitude diferente do tradicional formato de garantia de direitos autorais em que essas produções tinham seu acesso restringido. Tal modelo não potencializava pesquisas e inovações, ao contrário, limitava a socialização do conhecimento produzido sob um diálogo tímido com o mundo real e com o público consumidor do conhecimento.

A partir da década de 1970 a tendência de democratização do saber, o incremento das comunicações, a globalização, o fenômeno da Internet e sua expansão em um modelo de sociedade em rede e em novas modalidades de educação, constituíram fatores que provocaram um natural reposicionamento do que era lido, produzido e compartilhado. O desenvolvimento da Educação a Distância (EaD) de forma acelerada pelo uso das novas tecnologias também se deu nos últimos anos. Sobre a EaD, Moran (2011) declara: “É velha, só que o impacto ainda é novo”. A EaD remonta idos do século XIX pelo desenvolvimento da imprensa, das estradas de ferro etc. Em meados do século XX já apontava avanços, a interação se dava pelos meios de comunicação audiovisuais e computadores, material impresso e correspondências pelo correio, seguidos de rádio, televisão, satélites. Com a Web 2.0 tudo se acelera, surgem novas formas de pesquisa, estudo, produção, coprodução, ensino, compartilhamento.

No Brasil, o Censo da Educação (Inep, 2013) aponta no ensino superior um crescimento da EaD quatro vezes maior em relação ao ensino presencial. Nos anos seguintes, a EaD continuou crescendo em relação ao ensino presencial, todavia em proporção menor, considerando o quadro de retração e de crise política e econômica que o país vivencia no cenário atual. De forma geral, conforme o Censo EaD.BR – Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil ABED (2015) –, já são 5.048.912 matrículas em cursos de graduação, pós-graduação, livres, técnicos e de educação corporativa, na modalidade a distância.

Neste quadro de expansão, as demandas por novos materiais passam a crescer por parte de organizações e pessoas, bem como a capacidade de produção e compartilhamento de conhecimentos. Tal produção certamente poderá apoiar a EaD e o ensino presencial. É nesse percurso de desenvolvimento tecnológico, de transformação na forma de comunicação e no relacionamento das pessoas com a



máquina e com o conteúdo que surgem os Recursos Educacionais Abertos (REA), do inglês *Open Educational Resources* (OER).

À luz da UNESCO, esse conceito refere-se a recursos educacionais que devem ter licenciamento para utilização pelo usuário sem que este uso configure cópia ou apropriação de direitos autorais, tornando possível seu compartilhamento, modificação e distribuição mediante determinadas categorias de licença disponibilizada pelo autor. Conhecidos também como objetos de aprendizagem ou conteúdo aberto, dois marcos antecederam esse conceito. Em 2001, com a inovação do Creative Commons (<<http://www.creativecommons.org>>), que deu aos autores mecanismos para optar sobre quais direitos queriam preservar e quais aqueles que deixariam livres para que outras pessoas pudessem copiar, adaptar traduzir e compartilhar. E a criação do Consórcio OpenCourseWare (<<http://www.ocwconsortium.org/>>) no mesmo ano, permitindo às instituições de várias nações se integrarem em prol do incentivo ao REA.

Os REA foram reconhecidos pela UNESCO em 2002, como “recursos de ensino, aprendizagem e pesquisa que estejam em domínio público, ou que tenham sido disponibilizados com licença de propriedade intelectual que permita seu uso e adaptação por terceiros”. Butcher (2011) reforça tal entendimento afirmando ser o tipo de licença elemento chave que difere um REA de outros tipos de recursos, por viabilizar o uso do material sem demandar consulta ao autor.

REA: potencialidades e desafios e seu uso pedagógico no Brasil

As iniciativas de conteúdos livres, que antecederam 2002 vêm, em sua maioria, operando mudanças para se adequarem ao conceito mais amplo de REA, a exemplo do Portal do Professor (Ministério da Educação e Ministério de Ciência e Tecnologia). Outras iniciativas de repositórios de recursos educacionais digitais e cursos a distância gratuitos que não tem licença aberta tendem a seguir esse caminho de REA, estendendo, por consequência, a sua ação educacional. Os pressupostos que inspiram os REA são permeados de liberdade, altruísmo e responsabilidade com a democratização do saber e desenvolvimento das pessoas. Os REA podem atender a uma demanda pessoal específica de conhecimento ou organizacional, e reúnem quatro princípios fundamentais que os caracterizam, a saber: a) Usar, utilização dos recursos originais ou uma nova versão dos mesmos; b) Reusar (Aprimorar), adaptar para melhorar; c) Recombinar, combinar vários elementos, produzindo novos conteúdos; d) Distribuir, partilhar os REA com outras pessoas.

No Brasil, são consideradas REA também as obras que se encontram em domínio público, o que ocorre 70 anos após o falecimento do autor. O desenvolvimento de REA remete ao Plano de Desenvolvimento Educacional – PDE, (MEC, 2007), um plano para melhoria da qualidade educacional do país que estimula iniciativas de inclusão digital, computadores nas escolas e produção de conteúdo multimídia no Portal do



Professor/MEC. A partir dele, as iniciativas governamentais incentivam a organização dos conteúdos digitais do país para a adequação como REA, objetivando apoiar discentes, docentes, escolas entre outros sem ferir direitos autorais, ladeando o movimento internacional de crescimento dos REA.

São muitos os desafios, todavia há significativas potencialidades e benefícios no uso de REA para a democratização das oportunidades de estudo e socialização do conhecimento. Não obstante a infinidade de conteúdo na Internet, com diversos níveis de qualidade, se faz necessário o desenvolvimento de competências de pesquisa, seleção de conteúdo e manejo de ferramentas digitais. Assim, os indivíduos alcançarão habilidades para uso mais adequado de conteúdo digital, não só como leitor, mas também como autor e produtor do acervo que passa a habitar este mundo virtual.

O desenvolvimento dos REA desponta como uma alternativa poderosa de democratizar conteúdo, contribuir com a formação de pessoas nos mais diversos campos, de promover educação tanto no âmbito corporativo, como no formal do infantil ao superior, quer seja nas modalidades presencial ou a distância. O desenvolvimento dos REA, devido à sua capacidade de promover benefícios em larga escala e de favorecer crescimentos individuais e autônomos ou organizacionais, vem atraindo fomentos advindos de políticas públicas municipais, estaduais e federais, além de iniciativas de cooperações internacionais, objetivando diminuir as desigualdades sociais. Os REA apontam para uma produção com baixo custo, pela possibilidade de democratização do conhecimento, compartilhamento e criação conjunta (Johnson et al, 2012). A disponibilização de conteúdos abertos tende a se tornar cada vez mais frequente. Para Santos (2013), “Os REA têm o potencial de facilitar extensivas inovações em todo o sistema educacional brasileiro, elevando o padrão das oportunidades de aprendizagem para a juventude e para a futura força de trabalho do país”.

Paul Virilio convida à reflexão sobre os efeitos desse progresso no qual, paradoxalmente, está sempre presente a própria noção de catástrofe e o reverso é verdadeiro; ele se refere ao verso e reverso da mesma medalha. Ou seja, sob o efeito devastador das novas tecnologias, que modificam o comportamento das pessoas, residem alternativas de mais educação e mais ciência, inclusive pelo potencial que os REA integram de compartilharem este dilúvio de conteúdo e ferramentas diversas entre pessoas que poderão usá-lo, aprimorá-lo, recombina-lo e distribuí-lo com outros próximos ou além das fronteiras. Para o uso dos REA, um dos maiores desafios pode residir na mentalidade de professores e estudantes que deverão se descolar de uma posição de receptor passivo para uma postura ativa de produtor e distribuidor de conteúdo. E, paradoxalmente, é este compartilhamento oriundo de estudantes, professores e pesquisadores o vetor que aumenta exponencial e cotidianamente o acervo de REA na Web.



Santos (2011) aponta que a transformação de conteúdos da Internet em REA pode ser estimulada a partir de práticas de colaboração entre provedores, usuários e de plataformas interativas, amigáveis e de fácil interoperabilidade com outras plataformas. Essa facilidade estimularia a publicação de REA. Governos devem apoiar estrategicamente o desenvolvimento de REA, assim como as organizações devem apoiar seus profissionais com ambiente e tecnologia favorável à criatividade, colaboração e compartilhamento. A Declaração de Recursos Educacionais Abertos7 (2012), recomenda ser necessário uma política internacional efetiva de provisão e uso de REA, que favoreça mais pesquisa, socialização do conceito e compromisso com desenvolvimento tecnológico, sendo esta uma alternativa eficaz e menos dispendiosa.

No Brasil, universidades, escolas e governos de forma crescente – mas não veloz – se organizam para implementar e disseminar o conceito e uso de REA. O Plano Nacional de Educação – PNE, 2011/2020, instituído pela Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, encerra em sua redação uma referência ao REA. Santos (2011) aponta que o PNE pode contar com os REA na consecução de várias de suas metas e estratégias destacadas a seguir:

“Possibilitar um maior número de atividades extracurriculares no ensino fundamental com o uso das TIC; Servir como mecanismo para contribuir na redução das taxas de evasão do sistema de ensino, permitindo o uso de REA em programas de estudo com tutoria ou por meio da autoaprendizagem; Criar oportunidades de desenvolvimento profissional para professores por meio de atividades relacionadas ao desenvolvimento e reuso de REA; Fomentar a produção colaborativa de livros didáticos para uso público; Estimular a produção colaborativa de materiais pedagógicos e de treinamento; Promover o aumento da participação na educação de nível superior.” (Santos, 2011).

No cenário regulatório se registram Projetos de Lei e decretos – a exemplo do Estado e Município de São Paulo e Distrito Federal –, que tratam de políticas públicas para uso de REA. O Brasil marca sua presença em rede internacional para a disseminação do conceito de REA e Práticas Educacionais Abertas (PEA), que reúne mais 60 universidades da América Latina. Essa rede se expande de forma rápida, trazendo ganhos para o conhecimento nacional sobre o tema, além de possibilitar ações conjuntas em prol da produção, có-produção e compartilhamento de conteúdos.

Considerações finais

Diante do exposto, considera-se necessário superar dificuldades que por vezes se apresentam dentro das organizações, assim como aquela luta interna que nos limita, impedindo o encontro de tantas possibilidades que essa sociedade em rede propicia. É preciso fazer bom uso dos novos formatos que podem contribuir para uma adequada



relação de uso, reuso, recombinação e compartilhamento de recursos, o que no Brasil ainda vem crescendo a passos lentos. Além de iniciativas isoladas ou do setor privado, por via governamental, o crescimento de REA vem ocorrendo em número ainda não expressivo, assim como não o é a divulgação de tais recursos para as comunidades escolares. Há de se reconhecer o potencial de contribuição que os REA encerram para a educação básica e superior, no que tange a ampliação de níveis de ensino, aprendizagem e desenvolvimento de competências cognitivas e profissionais.

Almeja-se que este artigo possa ter proporcionado literaturas que despertem e fundamentem o leitor sobre o imenso potencial dos REA, estimulando-o a exercitar o uso desses recursos nas soluções educacionais vivenciadas no âmbito profissional ou de formação continuada. Finalmente, é necessário estimular novos estudos, produções e publicações que possam contribuir com a difusão desta temática e socialização do conceito e das potencialidades dos REA como uma alternativa para superação dos desafios inerentes ao processo de ensino e de aprendizagem nos diversos níveis de ensino e no contexto da sociedade atual, tão caracterizada pelas novas tecnologias e pelas relações em rede.

Referências

1. Butcher, N. (2011). *A Basic Guide to Open Educational Resources*. British Columbia/Paris: COL e UNESCO.
2. Castell, M. (1999). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. RJ: Editora Paz e Terra.
3. Ministério de Educação e Cultura (2013). *Censo da Educação Superior*. Inep, Brasil.
4. Censo EAD.BR (2015). *Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil*. (ABED). Disponível em http://abed.org.br/arquivos/Censo_EAD_2015_POR.pdf, acessado em 31-4-2017.
5. Censo EAD.BR (2012). *Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil*. Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED).
6. Correia, P. (2011). Os media sociais. Uma ferramenta marcante a “custo zero”. In *Geminis*, 1(2). Disponível on-line em <http://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/viewArticle/52> Acessado em 7 de março de 2015.
7. Johnson, L. et al (2012). *The NMC Horizon Report: 2012 Higher Education Edition*. Austin, TX: The New Media Consortium.



8. Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Edições 34.
9. Santos, A. I. (2013). *Recursos Educacionais Abertos no Brasil: [livro eletrônico]: o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação* /Andreia Inamorato dos Santos; [tradução DB Comunicação].– São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. 1,6 Mb; PDF.
10. Santos, A. I. (2011). *Open Educational Resources in Brazil: State of the Art, Challenges and Prospects for Development and Innovation*. Moscow. UNESCO.
11. SENnet. *Recursos Educacionais Abertos*, Disponível em <http://inclusaoeacessoastecnologiaspt.weebly.com/6---recursos-educativos-abertos-acessiacuteveis.html>, acessado em 17 de novembro de 2015.
12. Educação, (2014). *Sociedadeem Rede - uma definição colaborativa*. . Em Wiki, MPEL2008.
13. Valente, J.; Moran, J.; Arantes, V. (2011). *Educação a Distância: pontos e contrapontos*. SP: Summus.
14. Virilio, P. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=vK8TGPNxhtM&feature=player_detailpage. Acessado em 7-3-2015.
15. Starobinas, L. (2012). *REA na educação básica: a colaboração como estratégia de enriquecimento dos processos de ensino-aprendizagem*. Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. (121-129).
16. Muller, C. C. & Oliveira, R. B. (2013). *O compartilhamento de materiais multimídia por meio dos recursos educacionais abertos (REAs)*. Recursos multimídia para educação. Ponta Grossa: Estúdio Texto (81-100).
17. Relatório Horizon: Edição Ibero Americana 2010. New Media Consortium e Universidade Aberta da Catalunia.

Agradecimentos

À Universidade Aberta de Portugal por nos ter proporcionado, no decurso do Mestrado em Pedagogia do e-Learning, leituras, reflexões e desenvolvimento de novas competências académicas e profissionais, lapidadas a cada unidade curricular, a exemplo de Materiais e Recursos para e-Learning, ministrada pela Profa. Dra. Ana Nobre.